

A. M. T. F.  
Nº 506

Nº 3768

DIREITO A INFORMAÇÃO

1963 Nº 2

"O SOFRIMENTO DOS POBRES É NOSSO E INCLINAMO-NOS A CRER QUE A NOSSA COMPAIXÃO SERÁ CAPAZ DE SUSCITAR POR SI MESMA UM NOVO AMOR QUE MULTIPLIQUE, MEDIANTE UMA ECONOMIA NOVA, POSTA AO SEU SERVIÇO O PÃO NECESSÁRIO PARA ELIMINAR A FOME DO MUNDO."

(da Mensagem do Natal do Papa Paulo VI)

Não pretendemos entrar no coro de lamentações que estão agora a generalizar-se, em singular contraste com a euforia dos primeiros anos de Estado Novo.

Já lá vai o tempo em que, soberbamente isolados do mundo, muitos se consideravam no país mais feliz à face da terra, digno na sua pobreza honesta, chefiado por um génio sem par.

Agora está a dar-se o inverso. O povo aprendeu a viajar por essa Europa além, apesar de todos os entraves dos Governos Civis. As aldeias mais remotas começam a chegar francos e marcos oriundos de países onde o esforço é mais recompensado e certas liberdades não são palavra morta. Os peritos tomam consciência de que estagnámos, de há trinta anos a esta parte.

É urgente que os católicos portugueses comecem a ver claro. Que se interroguem e inquietem. Estão em jogo valores eternos. Se todos aceitam, com S. Tomás, que um mínimo de bem estar se requeir para se viver humanamente e praticar a virtude, que todos também tomem consciência da injustiça escandalosa da situação portuguesa e tentem por todos os meios dar-lhe remédio.

Não é por gosto que se insiste nos males cá de dentro. Somos dos primeiros a sofrer com a sua dureza. Afligem-nos e incomodam, pois sabemos que o Senhor quer outra coisa:

A nossa mobilização ao serviço da Pessoa, porque seremos julgados pela nossa indiferença.

Um esforço de lucidez, para não aceitar slogans ultrapassados. Um esforço de generosidade, para vencer o comodismo e a mordaza que de há anos nos oprime.

Um esforço de esperança, para lutar contra nós mesmos e contra todos os riscos a que nos expomos.



C.H.

(de uma exposição do eng<sup>o</sup> Francisco Lino Neto, candidato da oposição por Lisboa às eleições legislativas de Novembro de 1961. Publicada no DIARIO DE LISBOA, beneficiando do mês de relativa liberdade de Imprensa para a Campanha)

1<sup>o</sup> - A organização "sindical" portuguesa não assegura qualquer representação e defesa sérias dos interesses laboriais. Ao contrário do que sucede em todos os países geralmente evoluídos do Ocidente a GREVE é, como se sabe, crime punível por lei. Em caso de celebração ou revisão de qualquer contracto colectivo de trabalho, os sindicatos encontram-se sujeitos ao arbítrio das entidades patronais (que não são sequer legalmente obrigadas a negociar) ou, mais exactamente, sujeitos às vicissitudes de humor e intenções do ministro das Corporações.

2<sup>o</sup> - A representação dos trabalhadores no corporativismo português é, acima de tudo, uma mal montada ficção jurídica:

- Os dirigentes sindicais têm de exercer a profissão correspondente ao seu sindicato e não podem ser remunerados, admitindo-se apenas que recebam compensação pelas horas de trabalho sacrificadas. Ora, a admitir que a instituição sindical tem alguma vitalidade, não é concebível nem a proibição de os dirigentes se ocuparem exclusivamente das suas tarefas sindicais nem muito menos a de receberem remuneração pelo trabalho que executam. A APARÊNCIA de moralidade que se quer dar actualmente com tais disposições significa apenas que os trabalhadores pouco podem fazer pela escolha e pelo controle das instituições que os representam, em princípio.

- Não é permitida a constituição de qualquer central ou congresso sindical nacional de trabalhadores: estes, nem mesmo em princípio podem transcender os limites da sua profissão para a defesa dos seus interesses. Se bem que conforme à lógica corporativa, este facto denuncia bem o desequilíbrio de forças entre patrões e trabalhadores que o sistema vigente permite, pois sabe-se bem que aqueles têm podido organizar-se AUTENTICAMENTE à margem da ficção corporativa, por exemplo em associações industriais e comerciais.

- Os princípios democráticos, numa sociedade ideològicamente dividida, exigem tanto UM PLURALISMO DE PARTIDOS COMO A POSSIBILIDADE DE UM PLURALISMO DE ASSOCIAÇÕES SINDICAIS: a unificação sindical pode e deve ser resultado de uma evolução convergente, não produto de meras imposições legais.

FALA D. HELDER CAMARA

Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, em Conferência nos Estados Unidos de que vêm extractos no boletim da PAX ROMANA, nº 4 de 1963

Estou aqui a falar-vos, não como um brasileiro que se dirige a norte-americanos, mas como um homem que fala a outros homens, como um irmão que fala em família.

A Aliança para o Progresso morreu, mas eu desejo que ela renasça. Se está morta, a primeira razão situa-se em que é necessário estabelecer estreita dependência entre o auxílio da Aliança e as reformas de base. Infelizmente os nossos ricos da América Latina falam muito em reformas de base mas chamam comunistas àqueles que decidem realizá-las.

Compreende-se facilmente: na América do Sul os ricos possuem 80% das terras do Continente; muitas vezes são eles que mandam no Parlamento e podemos medir o seu idealismo pelo dinheiro que têm nos Bancos dos Estados Unidos e da Europa - mais de quinze biliões de dólares...

O egoísmo de muitos ricos, a sua cegueira constituem problema mais grave e urgente que o próprio comunismo.

Só um grande movimento de opinião pública nos Estados Unidos e na América Latina pode tornar possíveis reformas de base tais como a reforma fiscal, a reforma agrária, a reforma bancária... Se são apenas três ou quatro a falar nisto, logo serão tratados de comunistas. Mas se formos todos a tentar sacudir a opinião pública, a força das ideias será tão grande como o próprio poder atómico.

(...) o contributo anual de 2 biliões de dólares em favor de 19 países denuncia, é certo, boa vontade, mas é insuficiente para um autêntico desenvolvimento económico. E sabemos a causa: é que a maior parte do dinheiro vai para a defesa militar do mundo livre. Aí reside uma das vossas maiores ilusões. A liberdade não é senão uma palavra, um som para os dois terços da humanidade que não têm casa, que não têm vestuário, que não se alimentam, que não possuem um mínimo de instrução e acima de tudo o mais, que não têm condições humanas de trabalho.

FONTES DO PROBLEMA OPERÁRIO PORTUGUES

(Da carta do Sr. Bispo do Porto a Salazar, 13/VII/58)

Todos estamos de acordo em que há dois problemas fundamentais, sem cuja solução não poderá haver paz social, sejam quais forem as aparências.

O primeiro é que os frutos do trabalho comum devem ser divididos com equidade e justiça social entre os membros da comunidade, quer no ponto de vista dos indivíduos quer no dos sectores sociais (e aqui podemos pensar especialmente na lavoura e na miséria do lavrador do campo).

O segundo é que, seja qual fôr o conforto ou riqueza que se atribua a um indivíduo ou a uma classe, nunca eles estarão satisfeitos enquanto não experimentarem que são colaboradores efectivos, que têm a sua quota parte na condução da vida colectiva, isto é, que são sujeito e não objecto da vida social, económica e política. Quando o exame se impõe, parece que as críticas negativas do primeiro ponto são unânimes, quer elas partam de opositoristas ou de sitacionistas. Quanto ao segundo quase não se fala, o que poderá talvez compreender-se por a negatividade do primeiro barrar o caminho ao segundo. No entanto, talvez a incompreensão para o segundo seja a causa do que no primeiro é clamoroso e parece inexplicável e insolúvel. Porquanto, na melhor das hipóteses, encontramos sempre entre nós o paternalismo patronal.

Ora é já mais que evidente hoje, que o mundo operário e camponês não pode ser educado pelo patronato. Não podem nem querem. E temos que lhes reconhecer razão, por mais que desejemos e preguemos o bom sentido social dos patrões, que por essa compreensão exactamente devia começar. E nem será necessário para isso lembrar como muitas vezes essa "educação" se transforma em "ensino" e depois em "ensinadela". Patrões muito "bons" e muito "católicos" com toda a naturalidade nos falam esta linguagem a nós, bispos, como se nós houvéssemos de aprovar autênticas declarações de guerra social. Se a não podemos aprovar do lado menos responsável, havemos de a aprovar do lado mais capaz, mais obrigado e mais responsável?

Que o Estado venha educar ou "ensinar" os trabalhadores é também do maior melindre. Não seria preciso vivermos numa época de suspeição ideológica para que os operários desconfiassem do favor; na situação presente é quase fatal que o operariado veja, como vê, no Estado, o aliado do patronato.

Mas será realmente o Estado uma sociedade "docente"? Parece que em todo o mundo não totalitário essa noção errada desaparece, com grandes vantagens em todos os domínios, principalmente no do trabalho.



## A MISÉRIA NO ALENTEJO

De um Apelo Pastoral do Sr. Bispo de Beja, texto em Novidades (17/XII/1953), único jornal diário autorizado a publicá-lo, e com muitos dias de atraso.

"...As classes pobres não têm sido auxiliadas suficientemente na sua miséria, esta aumenta e cresce de ano para ano, e as massas que se debatem com a penúria não diminuem, mas avolumam-se cada vez mais. Perante tantos e tão assinalados progressos no campo da técnica, perante tantas e tão audaciosas construções levadas a cabo, perante tantos e tão porfiados trabalhos públicos que se abrem por toda a parte, como é possível, inquire-se, que a riqueza pública e particular aumente incessante e prometedora, e que os deserdados da sorte sejam cada vez mais numerosos e se debatam com a mais profunda e inclemente miséria? Cresce a prosperidade para uns e cava-se a indigência para outros.

Não é minha intenção estudar as origens do mal, nem posso ter a pretensão de lhes dar remédio.

Só me incumbe o cumprimento dum sagrado dever, denunciar segundo o espírito do Evangelho, às consciências cristãs dos meus diocesanos as graves responsabilidades de todos perante a obrigação de "dar de comer a quem tem fome"!

## NOTA DA REDACÇÃO E HUMOR NEGRO

Os dados estatísticos, já tão parcos para o período que se estende até 1961, cessam por completo a partir daí. Apenas sabemos que a situação se vai deteriorando e apodrecendo. Consultámos muitos relatórios, deitámos mão aos trabalhos dos especialistas. Impressiona o eufemismo de um vocabulário cauteloso, em relatórios que ficam, na quase totalidade, fora do alcance do grande público.

Não se encontraria modelo mais perfeito que o texto seguinte, do "Boletim dos serviços de saúde pública" (Janeiro de 1960), citado num documento extremamente lúcido e generoso da Ordem dos Médicos, "Relatório sobre as carreiras médicas" (Lisboa 1961):

"O panorama sanitário não sofreu alterações apreciáveis no decorrer do ano passado embora também pareça razoável dizer-se que, após 1957, parece ter-se esboçado uma tendência geral para um discreto agravamento do estado sanitário do país, nomeadamente pelo que diz respeito à mortalidade infantil, à febre tifoide, à tosse convulsa, à difteria e ao tétano."

por D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, na Semana de Estudos Rurais em Fátima (Maio de 1957) promovida pela Acção Católica Portuguesa.

... Ao falar de "miséria imerecida", eu proponho-me focar alguns aspectos dum complexo económico-social que não é intrínseco e necessário à vida agrícola, que não existiu sempre, ao menos com a profundidade e as dimensões actuais, que resultou do mau funcionamento dos órgãos da Nação, que conseqüentemente não devia ter-se verificado e que, portanto, se deve tratar quanto possível e com todo o empenho para o restituir a condições de saúde. Dizendo miséria imerecida, eu penso numa situação que viola a equidade entre os membros da Comunidade nacional; e para falar com verdade e coragem moral, não poderei deixar de ferir notas que soam a injustiça, iniquidade e perigo social.

(...) Ora sociologicamente a nossa situação presente define-se, só se pode definir e tem de definir-se por uma palavra - proletarização. Bem sei que já será muito grave aludir a isso, muito grave é afirmá-lo formalmente; porém mais grave é que seja objectivamente verdade.

Quando se fala em proletariado, todos pensam na indústria, na cidade e subúrbios, e nos seus sobressaltos (parece na verdade que um problema não existe desde que se possa calar...) Existe o proletariado nos meios fabris e há que falar nele, até porque parece pensar-se às vezes que a expansão económica exige e justifica o seu agravamento, com a esperança remota de que essa expansão, por virtude mirífica e intrínseca, venha finalmente e sem mais a resolver o problema.

Mas a proletarização é hoje geral.

Não é primariamente a parca produtividade, nem o baixo nível de vida, nem o desconforto nem o subdesenvolvimento; é o trabalho e portanto a vida "por conta alheia", é a não-comunhão nos bens e no Bem comum (apetecia dizer: ex-comunhão do Bem comum...), é a desencarnação da moral pessoal, posta fora da moral social, é a insociabilidade radical e a insegurança potencial. Pensando na economia agrária e no meio rural, devemos reconhecer que nunca fomos ricos; éramos uma Nação de "remediados"; somos hoje um povo de proletários.

(...) Parece que, com qualquer mudança de ponto de vista que se tente, a situação nos parece cada vez mais carregada e alarmante.

(de O GAIATO, 21/XII/1963)

Caríssimo Padre José Maria

Podes crer que me custaram como nunca as incompreensões. Eu fui há dias convocado para uma reunião com os proprietários da região para tratarmos da evangelização dos seus trabalhadores. Não calculas a mentalidade fechada, egoísta, de uma injustiça de arripiar... revoltados contra os trabalhadores e quase impenetráveis ao Cristianismo embora alguns fossem cursistas.

Eu perguntei-lhes como entendiam viver como irmãos. Resposta: estamos agora a começar. Estarão? Eu não vejo nada. Não desanimo mas entristeço-me.

Aí vai um SETUBAL a carrégar na mesma tecla embora com um aspecto diferente.

Padre Acilio

( De A VOZ DO TRABALHO, órgão da L.O.C. - Dez. 1963)

Passou-se em Évora!...

Luta o Município local com dificuldades financeiras. Necessidade, portanto, de revisão orçamental, com a conseqüente procura de receitas e a não menos conseqüente compressão de despesas.

(...) E foi assim que entre as medidas propostas para saneamento económico, resultaram aquelas que levaram o Município a aumentar o imposto de trabalho em 73% em relação aos anos anteriores e a nova proposta sobre o quadro do pessoal menor do Município que, entre outras medidas, inclui a da suspensão de pagamento dos domingos aos respectivos funcionários.

(...) O Sr. Cons. Mendes Leão manifestou-se contra tal medida, perguntando como seria possível a um funcionário municipal que tem cinco filhos manter-se com 720\$00 por mês. Do mesmo modo porém já não pensa o sr. dr. Rapazote que lhe explicou: "Chorar é demagógico quando não dispomos de meios para solucionar os problemas, como acontece com o caso."

A isto ainda respondeu o sr. Conselheiro: "Isso é muito bonito para quem tem a barriga cheia mas não para os que têm fome."

Todavia o seu opositor voltou à carga afirmando: HÁ MUITOS QUE TÊM A BARRIGA CHEIA MAS SOFREM MAIS DORES DE BARRIGA QUE OS QUE TÊM FOME. EU PASSO MUITAS NOITES SEM DORMIR.

(...) Lastimamos que o sr. dr. Rapazote passe noites sem dormir, mas se faz muitas afirmações como as que produziu nesta reunião do Município eborense não nos admira que tenha insónias.

"Apesar dos bons resultados que os trabalhadores já conseguiram, eles têm ainda muitas necessidades que devem interessar todos aqueles que aspiram à justiça e à paz social. Existem ainda males muito graves e todos devemos esforçar-nos por os suprimir. Numa sociedade cristã não se pode tolerar a miséria: "

- Paulo VI, ainda Arcebispo de Milão, na Pastoral da Quaresma 1958

"Sentimos profunda amargura perante o espetáculo tão triste de numerosíssimos trabalhadores de muitos países e de inteiros Continentes aos quais é dado um salário que os condena, a eles e às suas famílias, a condições de vida infra-humana. Sem dúvida deve-se isso também ao facto de nesses países e Continentes o processo de industrialização estar ainda no início ou em fase não suficientemente desenvolvida.

Em alguns desses países, todavia, as condições de extrema miséria de muitíssimos opõem-se, em gritante e ofensivo contraste, a abundância e o luxo desenfreado de poucos privilegiados; noutros ainda se obriga a presente geração a submeter-se a privações desumanas para aumentar a eficiência da economia nacional; segundo ritmos de aceleração que ultrapassam os limites consentidos pela justiça e pela humanidade; noutros, finalmente, enorme percentagem do rendimento é absorvida para fazer valer ou ALIMENTAR UM MAL ENTENDIDO PRESTÍGIO NACIONAL, ou gastam-se somas astronómicas em armamentos."

- João XXIII, Encíclica "Mater et Magistra", p. 25  
(trad. União Gráfica)

"Três fenómenos caracterizam a nossa época. Primeiramente a promoção social e económica das classes trabalhadoras. Partindo da reivindicação dos seus direitos, especialmente de natureza económica e social, avançaram em seguida os trabalhadores para as reivindicações políticas e finalmente empenaram-se na conquista de bens culturais. Hoje, em toda a parte, os trabalhadores exigem arduamente não serem tratados como simples coisas, sem entendimento nem liberdade, à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas em todos os sectores da vida social, tanto no sector económico-social como no da política e da cultura."

- João XXIII, Encíclica "Pacem in Terris", pag. 18.

do artigo "Aspectos recentes da repartição do rendimento em Portugal", de MARIO MURTEIRA. Publicado na revista "Análise Social", Julho de 1963.

Considerando os assalariados no seu conjunto, que constituem, de longe, o grupo social mais numeroso na população activa, nota-se uma assimetria acentuada entre o aumento do produto real por habitante - indicador da melhoria do nível de vida médio da população - e o acréscimo dos salários reais na agricultura e na indústria. Embora este acréscimo se tenha vindo a acentuar nos últimos anos, a taxa média respectiva no período 1953-61 é francamente inferior à correspondente à evolução do produto per capita. Este facto significa que outros grupos sociais - empregados, proprietários, empresários capitalistas - têm aumentado os seus rendimentos mais acentuadamente que os assalariados.

(...) O que acabamos de observar quanto à evolução da economia no Continente aponta-nos certas tendências desintegradoras em aspectos importantes da sociedade portuguesa. Estas tendências são, por um lado, simultaneamente causa e efeito do nosso subdesenvolvimento económico; são também, por outro lado, indicadores apurados do afastamento de um sistema social em relação à visão doutrinária de um humanismo cristão.

Um contraste entre mais de 5% de aumento de nível de vida por ano e uma elevação de salários reais à volta dos 3% também em média anual, só pode significar uma perda de posição relativa do grupo dos assalariados na sociedade portuguesa, em termos de repartição do rendimento.

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA PORTUGUESA

Patrões .....	10%
Empresários familiares	30%
Assalariados .....	60%
<u>Número de assalariados noutros países:</u>	
Bélgica .....	14%
Irlanda .....	17%
Áustria .....	20%
Suiça .....	26%
Itália .....	28%
PORTUGAL ...	60%

Do jornal "Encontro", Dez. 1957

PESSIMA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA EM PORTUGAL:

84,7%	de pequeníssimos proprietários recebem	21,5%
14,3%	de pequenos proprietários recebem ....	37,8%
1%	de médios e grandes proprietários ....	40,7%

números publicados no órgão da J.U.C., "Encontro", de  
Dezembro de 1957

"A TODOS INCUMBE TORNAR PORTUGAL MAIS RICO, PELA DEVOÇÃO AO TRABALHO E EQUITATIVA DISTRIBUIÇÃO DO SEU RENDIMENTO, PARA PÔR A RIQUEZA, NÃO AO SERVIÇO DE ALGUNS APENAS, MAS DE TODOS."

(Nota Pastoral do Episcopado Português, Janeiro de 1962)

MAS O PAPA JÁ PÔS DE SOBREAVISO: "Atesta a experiência que, em faltando por parte dos poderes públicos uma actuação apropriada com respeito à economia, à administração pública, à instrução, sobretudo nos tempos actuais, as desigualdades entre os cidadãos tendem a agravar-se cada vez mais, os direitos da pessoa perdem o conteúdo e fica comprometido o cumprimento dos deveres correspondentes."

(João XXIII, Pacem in Terris)

DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DOS RENDIMENTOS

"Numa perspectiva cristã - reconhecedora do valor único de cada homem, e da essencial dignidade de todos os seres humanos - não custa fundamentar um critério de justiça social aplicável à questão que temos considerado (a desigualdade na repartição do rendimento): na verdade, independentemente da nação, da raça ou da classe social a que pertencem, da actividade exercida ou da região em que vivem, todos os homens deveriam encontrar-se na sociedade em condições idênticas de acesso aos bens materiais e espirituais.

Esta IGUALDADE DE OPORTUNIDADES de promoção social e humana parece, pois, dever constituir um princípio fundamental da organização social numa perspectiva cristã, tanto à escala nacional como internacional."

MARIO MURTEIRA, in "Análise Social" nº3 - Julho de 1963

De um discurso do dr. Mello e Castro na Assembleia Nacional, a 27 de Abril/61

O nosso seguro social não abrange ainda um quinto da população; a população que abrange distribui benefícios exíguos e ineficazes nos riscos que mais interessam - a invalidez e a doença prolongada; contra evidências de ordem económica e técnica, funciona descoordonado da assistência, o que acentua a ineficácia do nosso sistema geral de protecção social, encarece os custos da protecção sanitária e não permite que os serviços desta cheguem a ser definidos com coerência; é financiado exclusivamente por meio de desconto de taxa uniforme sobre os salários, sem qualquer comparticipação de receita proveniente de impostos sobre os rendimentos, o que se torna injusto, visto que, incorporando o encargo no preço dos produtos (dos 20% a empresa é responsável por 15%), todos os consumidores, quer dizer, a generalidade da população desprotegida, está a pagar a protecção da escassa quinta parte que é abrangida:

(...) A segurança social não é necessariamente reservada aos países ricos. A maior justiça social que permite é até mais necessária nos países que precisam de investir no factor trabalho humano, educação e saúde - o que é um investimento tão indispensável pelo menos como o investimento no factor capital. Ampliaria o nosso exíguo mercado interno. Seria adjuvante da necessidade de reforma das estruturas jurídicas e técnicas da nossa economia.

Financiada não só por meio de encargos recaindo na produção mas por meio de impostos sobre rendimento, forcaria a correcção mais rápida do nosso dispositivo tributario. Atenuaria a desproporção grave que existe entre nós, em importantes sectores, entre o quinhão de rendimento atribuído ao trabalho e o atribuído ao capital. Ajudaria a desvanecer injustas diferenças de bem estar entre regiões rurais atrasadas e regiões industriais evoluídas.

"NÃO PODEREI DIZER QUANTO ME AFLIGE O JÁ EXCLUSIVO PRIVILEGIO PORTUGUES DO MENDIGO, DO PÉ DESCALÇO, DO MALTRAPILHO, DO FARRAPÃO; NEM SEQUER O NOSSO TRISTE APANÁGIO DAS MAIS ALTAS MÉDIAS DE SUBALIMENTADOS, DE CRIANÇAS ENXOVAVALHADAS E EXANGUES E ROSTOS PÁLIDOS (DA FOME? DO VÍCIO?)"

Da carta do Bispo do Porto a Salazar, 13/VII/958.

(Do JORNAL DO FUNDÃO, 11/VIII/1963)

É certo que os mineiros não se queixam, a não ser em momentos cólera e da forma mais desaconselhada. Mas se atendermos que na maioria são homens frustrados que procuram no álcool o remédio para as angústias de um futuro carregado de sombras, homens que a ignorância e a miséria mantêm em lamentável primitivismo, não é difícil compreender os motivos de tão estranha apatia. A outros, mais avisados e com obrigações específicas cumpria defendê-los. É óbvio que nos queremos referir, em primeiro lugar, à Caixa de Previdência dos Metal-Mecânicos, entidade que nos parece devermos situar no vértice dos responsáveis.

(...) Se no que respeita à generalidade dos trabalhadores portugueses a Previdência gera descontentamentos cada vez maiores, no que respeita aos mineiros assume proporções de verdadeira calamidade. Desde que, em 1946, a Caixa tomou sobre si, imprudentemente, as responsabilidades da segurança social dos trabalhadores da Mina que as queixas se avolumam e legitimam.

(...) Talvez porque os executores dos regulamentos se preocupam em salvar aparências, atenuar ou fazer esquecer reclamações sem ir ao berne das necessidades dos trabalhadores, a Caixa tem estado pouco menos que alheia ao drama da gente das Minas. Porquê? Ninguém sabe, ou sabem-no apenas aqueles a quem não interessa dizê-lo. O que se sabe é que a Caixa recebeu mais de sessenta mil contos da Beralit e do seu pessoal.

Sessenta mil contos é dinheiro. Mesmo para a Previdência, que é hoje uma das grandes forças económicas do país.

(...) Com singular ligeireza a Caixa adaptou aos mineiros a regulamentação dos empregados de escritório ou do comércio sem ter em conta os riscos do trabalho sob o solo. Concedeu-lhes "regalias" praticamente inúteis como a da reforma aos sessenta e cinco anos. Sabia a Caixa que apenas raros dos que descem à mina atingem essa idade? Não sabia, nem sabe. Sabe apenas que recebe grossa maquia destinada a reformas que nunca terá que pagar. E isto, que administrativamente é um achado, não passa, moralmente de monstruosidade.

(...) Há (os mineiros) que têm recorrido às Misericórdias, ao Instituto de Assistência à Família, ao Ministério da Saúde e Assistência. Pouco mais recebem que palavras de conforto e algumas vezes um pequeno subsídio. Mas da Caixa, nem isso.

A Caixa - onde estão arrecadados milhares de contos que pertencem aos mineiros - continua surda às razões invocadas e indigna das responsabilidades que lhe cabem. Entretanto os mineiros continuam a morrer sem trabalho nem esperança. Até quando, senhores?